

DIMENSÃO SOCIOTERRITORIAL DA PANDEMIA DE COVID-19 E AS DESIGUALDADES DE ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA METRÓPOLE GOIÂNIA

SOCIO-TERRITORIAL DIMENSION OF THE COVID-19 PANDEMIC AND INEQUALITIES OF ACCESS TO HEALTH SERVICES IN THE METROPOLIS GOIÂNIA

Elcileni de Melo Borges

Governo de Goiás (GO)

elcimb@uol.com.br

Aristides Moysés

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGO)

arymoyses@uol.com.br

Celene Cunha Antunes Monteiro Barreira

Universidade Federal de Goiás (UFG)

celenemonteiro05@gmail.com

Débora Ferreira da Cunha

Universidade Federal de Goiás (UFG)

debora@ufg.br

Resumo. Este paper tem como objetivo analisar o padrão de disseminação da Covid-19 no contexto da Região Metropolitana de Goiânia – RMG, enfatizando a dimensão territorial da pandemia e o efeito das desigualdades socioespaciais na letalidade da doença vis-à-vis as condições sociais de moradia/abrigo e o acesso aos serviços de saúde. Para tanto, apresenta uma síntese dos números e evolução territorial da Covid-19 em solo goiano, da estrutura do sistema de saúde estadual e distribuição dos assentamentos em Aglomerados Subnormais – AGSN (IBGE, 2020), analisando a existência e a distância física destes AGSN aos serviços de saúde, pronto atendimento e leitos de internação, bem como, as medidas adotadas pelo poder público para o enfrentamento da pandemia, escrutinando as ações, omissões e insuficiências da política pública em voga.

Palavras-chave. Pandemia de Covid-19, dimensão socioterritorial, omissão estatal.

Abstract. This paper aims to analyze the dissemination pattern of Covid-19 in the context of the Metropolitan Region of Goiânia - RMG, emphasizing the territorial dimension of the pandemic and the effect of socio-spatial inequalities on the lethality of the disease vis-à-vis social conditions of housing and access to health services. To this end, it presents a synthesis of the numbers and territorial evolution of Covid-19 in Goiás, the structure of the state health system and distribution of settlements in Subnormal Clusters - AGSN (IBGE, 2020), analyzing the existence and physical distance of these AGSN to health services, emergency care and inpatient beds, as well as the measures adopted by the government to cope with the pandemic, scrutinizing the actions, omissions and shortcomings of public policy in vogue.

Keywords. Covid-19 pandemic, socio-territorial dimension, state omission.

INTRODUÇÃO

A rápida disseminação do novo coronavírus, doença respiratória viral (SARS- COV-2) no território goiano, e seu agravamento, com evidentes sinais já no mês de janeiro de 2021, quando registrou-se os primeiros casos das novas variantes (do Reino Unido e de Manaus), evidenciando aumento na transmissibilidade de novos casos, internações e da gravidade/letalidade da doença, a exemplo do que ocorreu em todo o território nacional, levando à saturação do sistema de saúde, crescimento das filas de espera por vagas nas unidades de terapias intensivas, insuficiências de equipamentos socorristas e enfermarias, exigindo mais que malabarismos dos governos locais para conter a explosão de uma situação de total calamidade. Goiás ultrapassou a marca de 400 mil casos confirmados de Covid-19 em 2 de março de 2021.

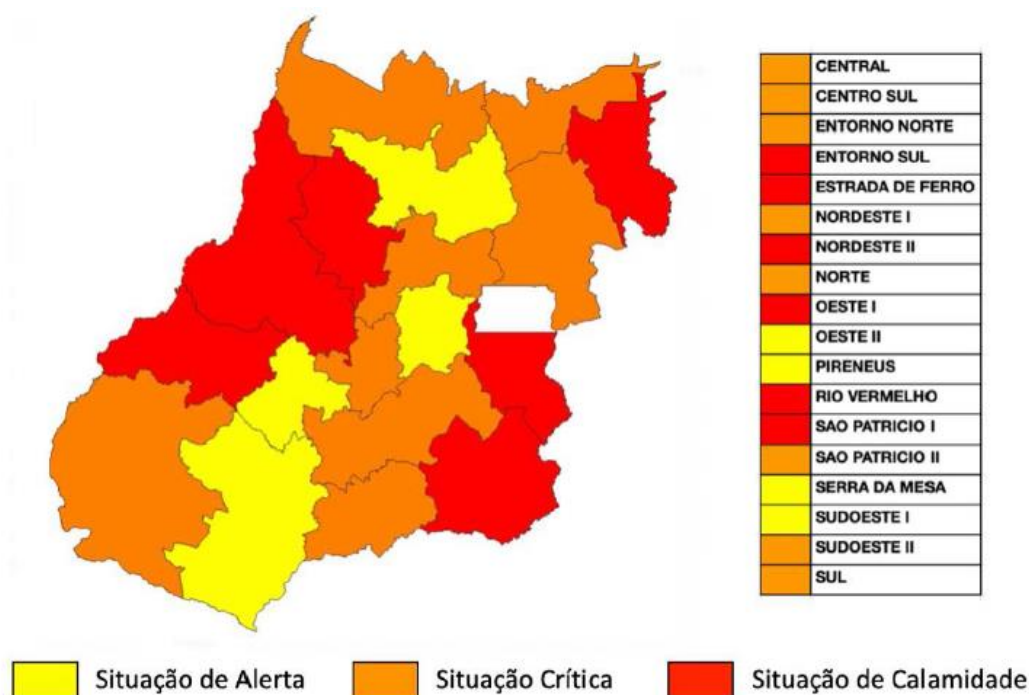
O número total de casos confirmados de Covid-19 no Estado de Goiás¹, no início de março de 2021 alcançou 401.535 infecções identificadas e 8.545 óbitos confirmados. Outras 252 mortes suspeitas aguardavam confirmação, outras 2.367 mortes foram decorrentes de síndrome respiratória aguda grave (não especificada). Além de 340.453 pessoas que apresentaram sintomas suspeitos de Covid-19, 10.687 casos confirmados de síndromes respiratórias agudas graves não especificadas e 156.530 infecções por síndromes gripais não identificadas, ou seja, diversas situações que não saberemos quantas foram ou não causadas pela Covid-19.

Com o recrudescimento da doença em todo o território goiano as medidas adotadas pelo Governo Estadual vinham baseando-se na opção de criação de novos leitos de UTIs em regiões mais graves, mas que em poucos dias se mostravam insuficientes devido a nova ocupação, exigindo diferentes frentes de ações com base nas orientações do comitê científico coordenado pela Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES-GO).

Nesse intento, a SES-GO lançou, em 17 de fevereiro de 2021, o Mapa de Risco epidemiológico de Covid-19 (Figura 1), para definição da gravidade de cada região e avaliar a sobrecarga do sistema de saúde, o chamado “mapa de calor” (*heatmap*), considera seis indicadores: velocidade de contágio no tempo (R_t); incidência de casos de síndrome respiratória aguda grave (Srag); variação de mortalidade por Covid-19; taxas de crescimento de solicitações de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI); ocupação de leitos de UTI; e ocupação de leitos de enfermaria, públicos e privados, dedicados a pacientes com Covid-19.

¹ Informações da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás (SES-GO) – Painel Covid-19.

Figura 1 – Goiás: Mapa de Risco Semanal – Semana 1 (17/02/2021)



Fonte: SES-GO (www.saude.go.gov/br/coronavirus)

Os índices de risco de Covid-19 considerados no mapa de calor do Estado de Goiás, sintetizados em 18 regiões geográficas, foram classificados conforme a gravidade evidenciada (situação de alerta, situação crítica, situação de calamidade), permitindo comparar a situação da semana atual com a semana anterior, e avaliar o impacto das recomendações para as Prefeituras em relação as mudanças no índice de risco. A orientação da SES-GO é de que as medidas adotadas pelas Prefeituras, que seguiram a Nota Técnica, sejam mantidas por 14 dias a partir do momento que passaram a valer por decreto municipal.

O Mapa de Risco para a epidemia de Covid-19 da última semana, divulgado pela SES-GO, em 19/03/2021, mostrou que Goiás segue com 17 regiões em situação de calamidade (cor vermelha), com apenas uma região Nordeste II em situação crítica (laranja) registrando melhora nessa região, mas ainda assim os indicadores de pedidos e ocupação de leitos de UTIs continuam bastante elevados, ensejando manter as recomendações por mais 14 dias. Em 2 regiões houve piora em todos os indicadores: parte da Região Metropolitana de Goiânia e Entorno do DF. Sendo que Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis continuam classificadas em situação de calamidade, onde os governos locais publicaram novos decretos de emergência

recomendendo manter apenas atividades produtivas essenciais e endurecendo as regras e restrições.

Não obstante, apesar da gravidade da situação da pandemia de Covid em Goiás, um dia após o início das novas restrições de atividades econômicas não essenciais em decorrência da saturação do sistema de saúde, o índice de isolamento social em Goiás, medido no dia 03 de março de 2021, de acordo com os dados da ferramenta *InLoco*, foi o sétimo pior do país, alcançando apenas 32,6% de pessoas que ficaram em casa (abaixo da média nacional de 34,2%). Evidenciando o descaso (ou descrença na efetividade) com as medidas de isolamento pela população, já que ao início da pandemia, há quase um ano atrás (março/2020), o isolamento chegou a ser de 62,2% no Estado, como mostraram Oliveira *et al.* (2020).

Em termos de infraestrutura de saúde, Goiás possui 1.437 leitos de UTI (CNES, 2019), dos quais 75% estão na RMG: destes 64% em Goiânia e 7% em Aparecida de Goiânia. Para ampliar a capacidade de atendimento a pacientes com a Covid-19, o Governo de Goiás, além da aquisição de equipamentos e EPIs, investiu na construção de hospitais de campanha e criação de novos leitos, distribuídos na capital e outras regiões do estado: três hospitais de campanha em Goiânia, um em Águas Lindas de Goiás (Entorno do DF) e um em Anápolis, formalizou parcerias e convênios para gerar novos leitos com o Hospital das Clínicas (HC) da UFG e a Maternidade Oeste, da Prefeitura de Goiânia, e em outros municípios do Estado, Porangatu, Itumbiara, Jataí, Formosa, São Luís de Montes Belos e Luziânia (Entorno do DF).

Em Goiânia a taxa de ocupação de leitos destinados a casos de Covid-19, em 02 de março de 2021, era de 90,55%, restando apenas 83 leitos de enfermaria e UTI disponíveis de um total de 878 leitos existentes. Referindo somente as vagas de UTI geridas pelo Estado a taxa de ocupação era de 94,99%. Das 459 vagas de enfermaria para Covid-19 na rede pública de saúde, a taxa de ocupação era de 86,49%, restando disponíveis para a internação de novos pacientes com a doença, 62 leitos de enfermaria em todo o Estado.

Na rede privada a taxa de ocupação de vagas nas UTIs para a doença estava em 92,35%, segundo informação da Associação de Hospitais Privados de Alta Complexidade de Goiás (AHPACEG). Ou seja, somando as vagas existentes nos hospitais particulares, estaduais e municipais (que corresponde a um total de 1.150 leitos) havia naquele dia 88 leitos de UTI para Covid-19 disponíveis em todo o sistema de saúde.

Quanto as vagas de UTI nos Hospitais de Campanha de Goiânia, ainda no mês de fevereiro registraram-se índices de 100% de ocupação. No decorrer do mês e ao adentrar março/2021 pipocavam os casos de filas de espera de vagas de UTI e mortes em todo o Estado.

PANORAMA DA PANDEMIA DE COVID-19 NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

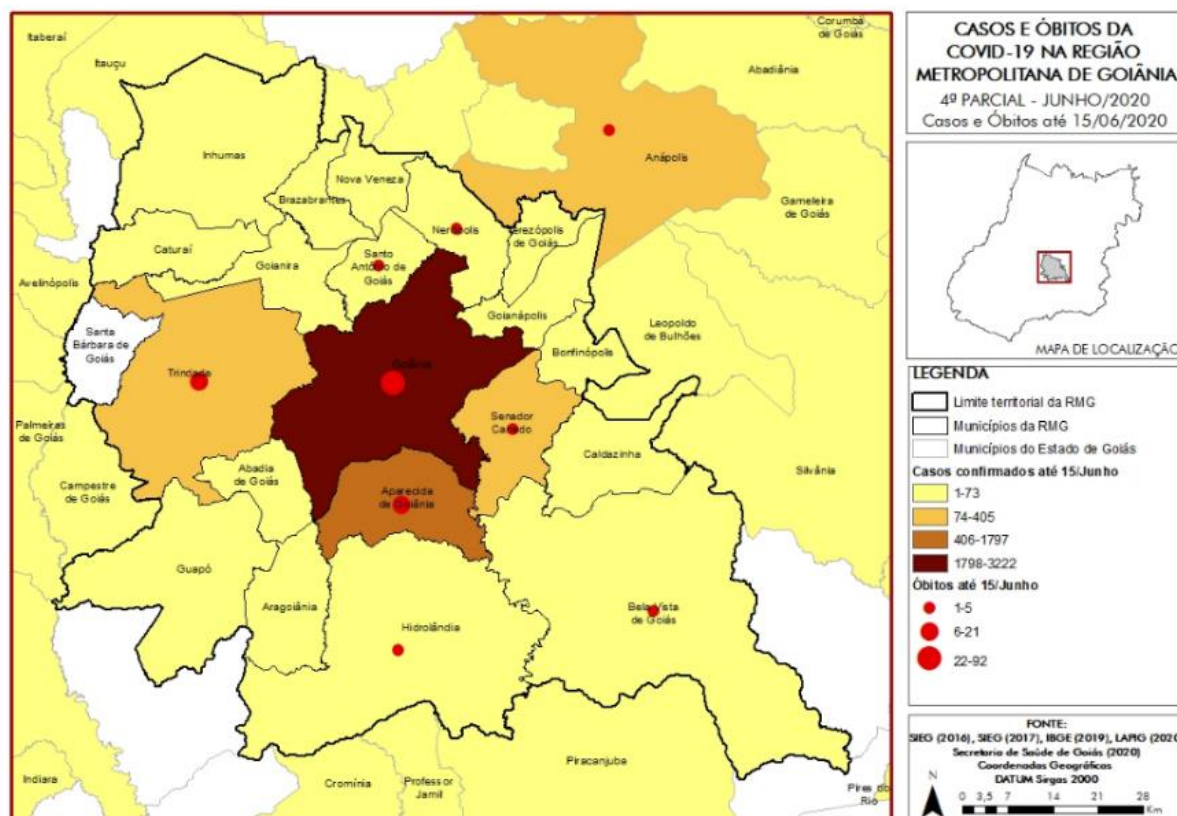
O maior índice de contaminação no município de Goiânia (30% dos casos de Goiás) se justifica por sua dinâmica metropolitana: concentração de serviços, polo de negócios, indústrias e, por decorrência, intercâmbio, cultura e encontros. Composta por 21 municípios (LCE nº 139/2018) a RMG soma um contingente de 2,6 milhões de habitantes, o que representa 37,2% da população estadual, concentrando 36% do Produto Interno Bruto de Goiás (IMB, 2016). Já a população estimada de Goiânia em relação à região metropolitana representa 58% (IBGE, 2020).

A RMG foi a primeira região de Goiás que diretamente disseminou a contaminação do novo coronavírus pelos dois eixos vetoriais de transmissão da Covid-19: o vertical e o horizontal, registrando em 23 de março de 2021, 461.165 casos confirmados.

Conforme apontamentos de Oliveira *et al.* (20202), a evolução da Covid-19 na RMG se deu, como é de se esperar, primeiramente nos municípios de maior integração com o polo metropolitano: Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade. Somente Goiânia e Aparecida de Goiânia acumulam 89% dos casos confirmados da região (68% e 21%) e 40% dos casos de Goiás; em relação aos óbitos são 91% da RMG e 47% do estado. Somando os casos registrados em Senador Canedo, Trindade e Inhumas, totalizam 97% dos casos da RMG. O movimento pendular de trabalhadores nesses municípios realizado diariamente pela dinâmica produtiva produz, dentro da RMG, uma sub regionalização e influencia fortemente na manifestação dos números de infecção (Figura 2).

Quase dois meses após o registro do primeiro infectado na RMG, ocorrido em Goiânia, um total de 10 dos 21 municípios da região ainda não haviam registrado ocorrência de Covid-19. Passados mais um mês, o número de municípios imune ao coronavírus caiu para três: Santa Bárbara, Caldazinha e Brazabrantes. Cabe ressaltar que Caldazinha e Brazabrantes são municípios fora de rota para grandes centros produtores ou de atração turística. Porém, Santa Bárbara de Goiás é rota de ligação da capital Goiânia a centros sub regionais dinâmicos e concentra, no trecho de corte da rodovia GO-060 em sua zona urbana, um pequeno mercado bastante aquecido. Adentrando o mês de junho, somente Santa Bárbara de Goiás não registrou nenhum caso de Covid-19. Chama a atenção, ainda, o caso do município de Trindade, com número de óbitos se aproximando aos de Aparecida de Goiânia.

Figura 2 – RMG: Número de casos confirmados e óbitos da Covid-19



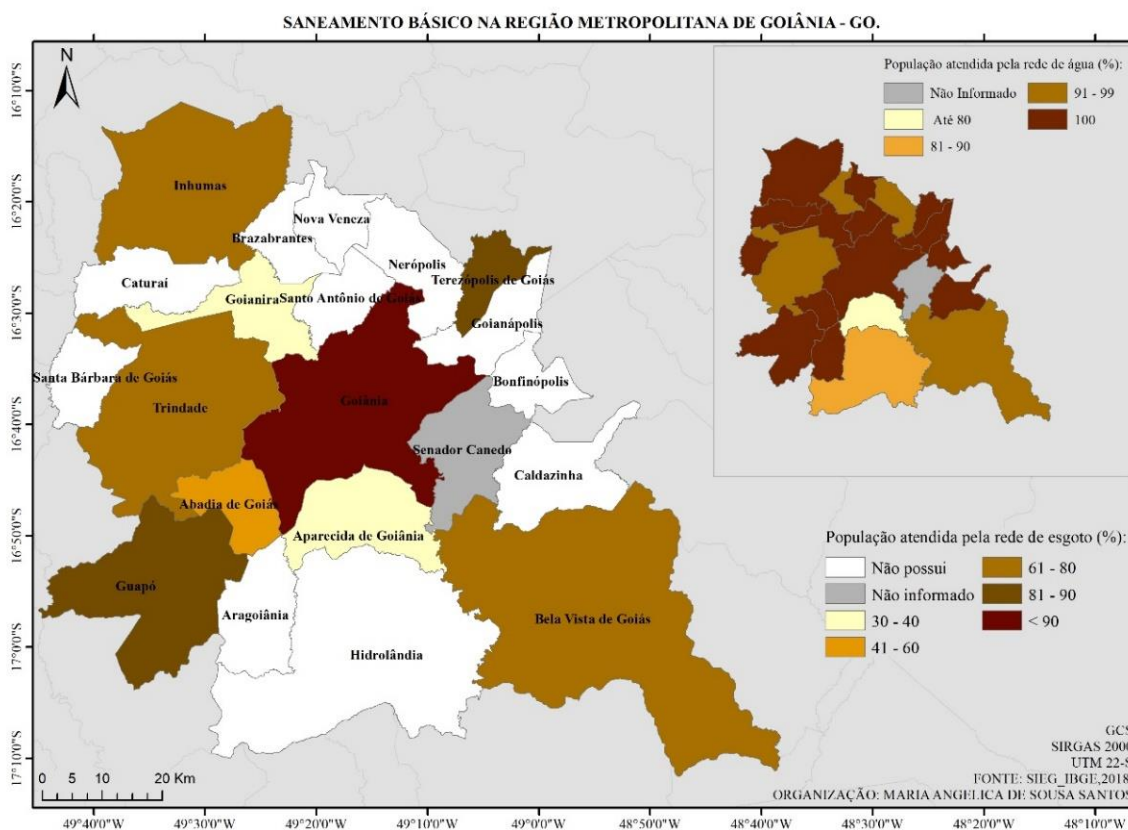
Fonte: SIEG (2017), IBGE (2019); LAJIG (2020); SES GO (2020)

É consensual a afirmativa de que o risco de contágio da Covid-19 é inversamente proporcional ao grau de isolamento social. E no caso da RMG, o aumento acumulado no tempo, assim como os números elevados da Covid-19, nos municípios metropolitanos tornou-se mais elucidativo a partir da adoção de medidas político-administrativas para relaxamento do distanciamento social. Ou seja, esse aumento significativo dos casos de Covid-19 na RMG se dá concomitante as medidas administrativas de relaxamento, tanto do Governo de Goiás, quanto dos governos municipais, com destaque para as principais cidades, desde Goiânia e a sua região metropolitana, que recebe os maiores impactos em termos de demanda por leitos clínicos e de UTI.

O panorama da evolução da Covid-19 no território da metrópole Goiânia, e sua região metropolitana, e os impactos econômicos do corona, especialmente sobre a condição ocupacional e alternativa de renda das famílias de menores rendas, é ainda mais preocupante quando olhamos para as condições sociais dos habitantes e os indicadores de infraestrutura urbana existentes na RMG.

A questão do saneamento básico é um grande desafio na RMG, especialmente frente à crise sanitária decorrente da Covid-19, pois são fundamentais para a garantia de higiene e prevenção de contágio pelo novo coronavírus. Conforme dados do IBGE, no caso do esgoto sanitário, menos da metade dos municípios apresentam uma rede de atendimento à população – sendo que apenas Goiânia possui uma cobertura maior que 90%, representados na Figura 3. Em relação a cobertura de água tratada a maior parte dos municípios apresenta cobertura total, no entanto, chama atenção o caso de Aparecida de Goiânia, com apenas 77% da população atendida por esse serviço.

Figura 3 – RMG: Saneamento Básico



Fonte: SIEG, IBGE (2018)

Todavia, a distribuição e espacialização dos territórios populares de Goiânia e região metropolitana não possui um levantamento preciso, que permita verificar as regiões de maior vulnerabilidade. Nesse sentido, os resultados preliminares dos Aglomerados Subnormais, que seriam validados e utilizados na operação do Censo 2020 do IBGE (adiado para 2021), e que foram antecipados para fins de subsidiar os gestores públicos, e a sociedade em geral, com

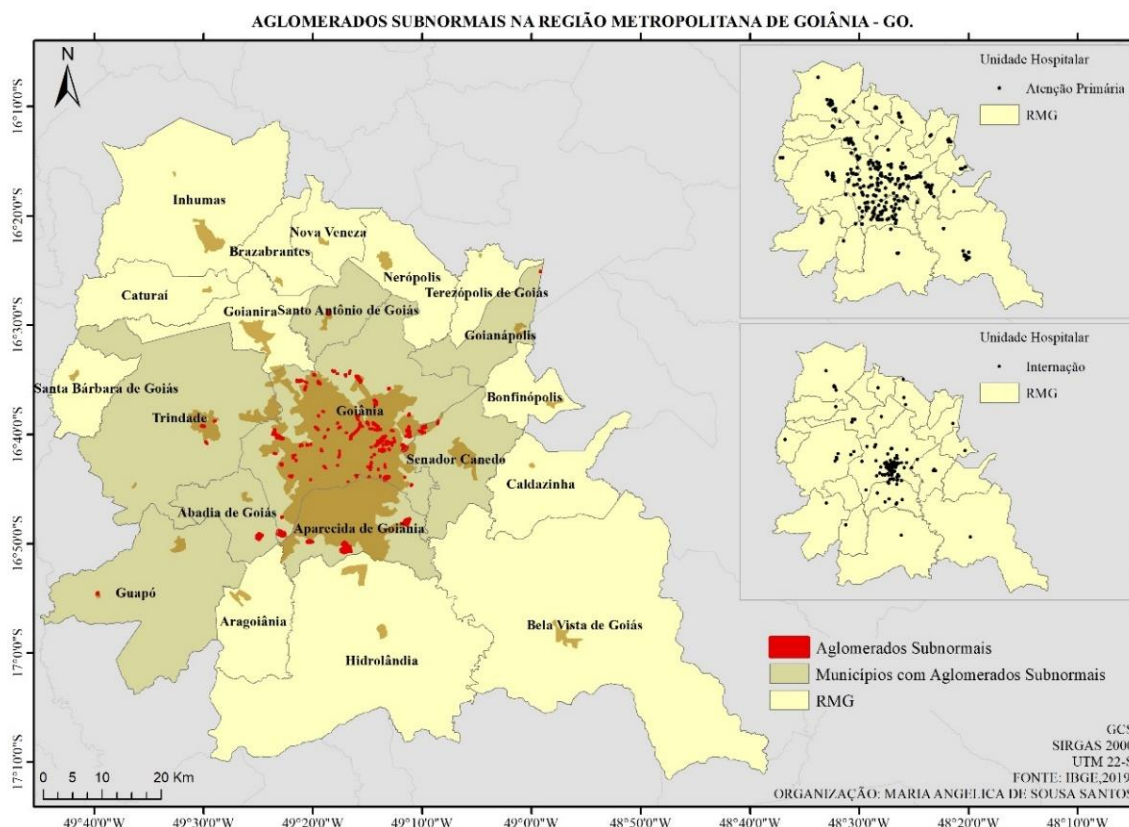
informações importantes para o enfrentamento da pandemia do coronavírus (Sars Cov-2) nestas áreas vulneráveis das cidades brasileiras.²

Para tanto, o estudo *Aglomerados Subnormais 2019 – classificação preliminar para o enfrentamento à Covid-19*, apresenta a quantidade e a proporção de domicílios em quatro escalas: Aglomerado Subnormal, Município, Regiões de busca a serviços de saúde de baixa e média complexidade, segundo resultados do REGIC 2018 (IBGE, 2020) e Estados, oferecendo uma extensa base de dados com cruzamento das informações de distância, município, bairro, logradouro e número dos estabelecimentos de saúde mais próximos (unidade básica de saúde, unidade de saúde de família, pronto atendimento, estabelecimento de internação etc.), informando ainda o segundo e terceiro estabelecimento mais próximo para o caso de necessidade de deslocamento entre cidades.

Em toda a RMG, que possui um estoque total de 1.041.909 domicílios, foram identificados 17.009 domicílios distribuídos em 114 Aglomerados Subnormais (o que corresponde à 1,64% do estoque total), presente em oito municípios metropolitanos: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade, Abadia de Goiás, Guapó, Santo Antônio de Goiás e Goianápolis. O Polo metropolitano lidera o *ranking* dos AGSN, com 99 Aglomerados e 13.043 domicílios (ou 2,47% do estoque da região), seguido por Aparecida de Goiânia com 5 AGSN, somando 2.169 domicílios nessas áreas vulneráveis. Assim, 89,4% dos domicílios em AGSN da RMG, localizam-se em Goiânia e Aparecida de Goiânia. Em termos de distância a ser percorrida pelos moradores dos AGSN até um estabelecimento de saúde mais próximo, tanto de atenção básica, quanto de suporte de observação e internação, apurou-se a necessidade de um deslocamento médio de 3,5 km. A Figura 4, a seguir, mostra a distribuição destes AGSN e a localização dos estabelecimentos de saúde nas proximidades dos aglomerados na RMG.

² Versão preliminar (atualizações até dezembro de 2019), que apresenta algumas limitações: em relação à estimativa de domicílios ocupados, o dado tem como ponto de partida os dados do Censo Demográfico de 2010; para algumas áreas, ocorreram atualizações de campo e, para outras, foram feitas estimativas menos precisas, sempre usando as melhores informações disponíveis. Portanto, essa estimativa não é comparável com os resultados do Censo Demográfico de 2010 ou com outras fontes de informações do IBGE. Podem ser encontradas, nesta versão, diferenças de nome do aglomerado, extensão e sua classificação, pois estes dados ainda serão validados junto às prefeituras por meio de Reuniões de Apoio ao Censo – REPAC durante o processo de preparação do Censo Demográfico 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em 20/05/2020.

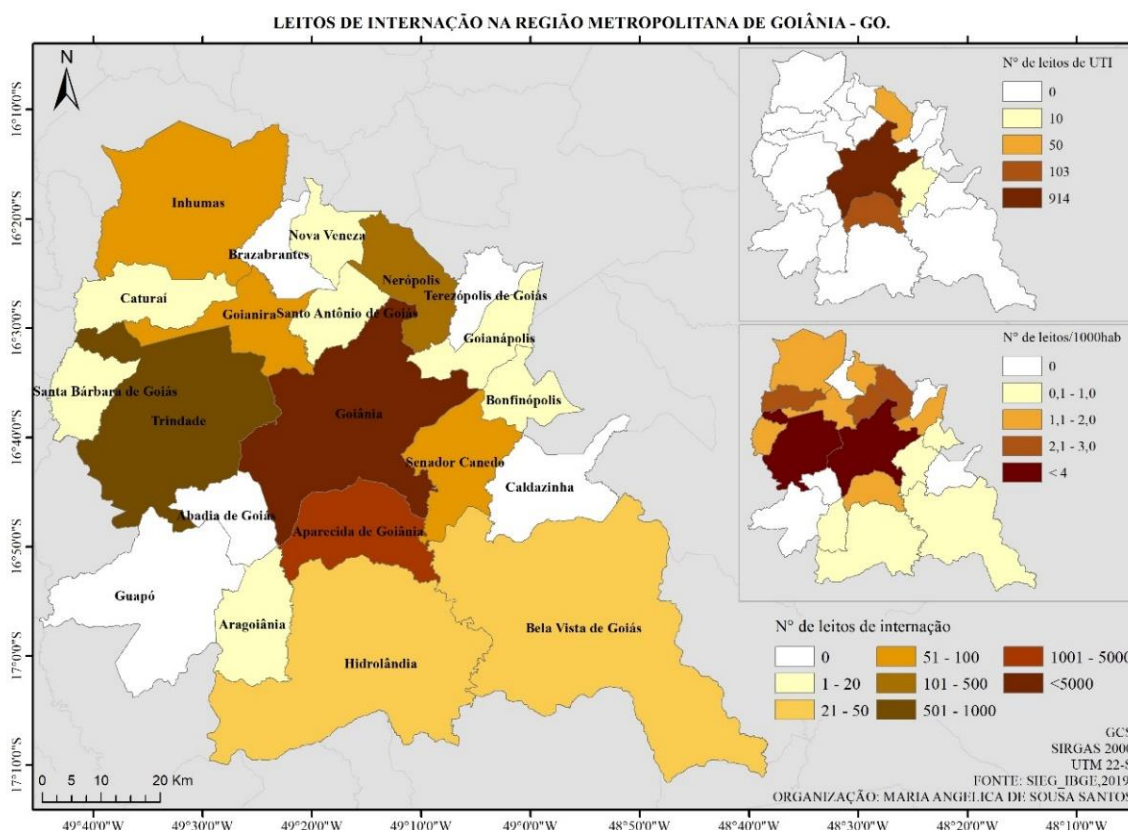
Figura 4 – RMG: Aglomerados subnormais



Fonte: IBGE (2019)

Em termos de infraestrutura de serviços de saúde, observa-se que todos os municípios da RMG possuem unidades de atendimento básico, já quanto às unidades de internação, os municípios de Abadia de Goiás, Brazabrantes, Caldasinha e Terezópolis não possuem unidades, evidenciando alta fragilidade e insuficiência de serviços de saúde no âmbito regional. Somente quatro municípios da RMG possuem leitos de UTI, sendo: Goiânia (914), Aparecida de Goiânia (103), Nerópolis (50) e Senador Canedo (10). Evidentemente esses números são alarmantes, tendo em vista a capacidade de propagação e contágio do vírus em uma escala muito superior à capacidade de atendimento, sobretudo dos casos mais graves, infelizmente situação verificada no atual momento da pandemia. Além disso, há também quantidade limitada de leitos de internação, o que acaba por agravar casos que poderiam ser tratados brevemente e de forma local, sem maior sobrecarga ao sistema do Polo metropolitano, onde concentra a maior parte dos equipamentos de saúde (Figura 5).

Figura 5 – RMG: Leitos de Internação



Fonte: IBGE (2019)

Como mostraram Oliveira *et al.* (2020), em toda a RMG, de modo geral, para além das grandes vulnerabilidades das populações residentes em territórios populares, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19, as medidas de enfretamento implementadas pelos Governos locais e federal, evidencia insuficiências e omissões estatais em diversos aspectos. Não há por parte do Governo estadual ou municipal programas de auxílio de renda para os trabalhadores desempregados, autônomos, feirantes, motorista de aplicativos e vans escolares, que dependem exclusivamente do limitado programa federal, pois nem sempre consegue ser acessado pelo trabalhador e/ou este pode não fazer jus ao benefício, conforme as regras estabelecidas.

No campo da política habitacional, experiências já utilizadas em outros países e em outras Unidades da Federação do Brasil, visando atender demandas emergenciais de acolhimento e moradia para mitigar o efeito da pandemia, mostram várias frentes de ação e possibilidades de estratégia, tais como: construção de moradias temporárias e priorização de testes para diagnóstico nas áreas que concentram domicílios precários e em adensamento excessivo; uso de hotéis para o isolamento da população em situação de rua; subsídios para a

realização de melhorias habitacionais de condições de ventilação e iluminação das residências, aplicando-se a lei federal de assistência técnica (Lei Nº 11.888/2008), entre outras medidas.

Quanto às ações específicas para a questão da moradia vale mencionar os esforços da Agência Goiana de Habitação - Agehab, que vai além da distribuição de cestas básicas (montando um posto *drive-thru* nas dependências da Agência para arrecadação de doações); implementação de ações específicas para evitar a paralisação de obras (várias obras em parceria com o Governo Federal, sob sua administração direta), com adoção de protocolos rigorosos para garantir a segurança dos trabalhadores nos canteiros de obras;³ prorrogação por mais 12 meses de convênios habitacionais (construção e reforma), com vencimento entre abril e junho de 2020, para possibilitar a conclusão das obras em vista de atrasos causados pela pandemia (Decretos 9.633 e 9.645/2020); chamamento público às Prefeituras goianas para formalização de novos convênios, para construção de 2 mil novas moradias em parceria direta com municípios e investimento estadual previsto de R\$ 40 milhões (recursos oriundos de Crédito Outorgado de ICMS, Fundo Protege e emendas parlamentares).⁴

Com relação as obras paradas em Goiás, especialmente de empreendimentos contratados pelo MCMV Entidades e MCMV FAR, com a interrupção de repasse de recursos e atrasos por parte do Governo Federal, desde 2015, acumulando mais de 3 mil contratos paralisados, ao início de 2019, por falta de verba para conclusão dos empreendimentos, conforme levantamento da Associação de Construtores do Estado de Goiás – Aceg (MARTINS, 2019). No âmbito da moradia social na RMG, alguns casos são flagrantes do descaso com a política de moradia, várias obras ainda não foram concluídas, deixando de abrigar inúmeras famílias, especialmente, nesse grave momento da pandemia: exemplo do conjunto de apartamentos na Chácara São Pedro (900 unidades habitacionais), em Aparecida de Goiânia, localizado na divisa com Goiânia, de iniciativa conjunta do Movimento de Luta pela Casa Própria - MLCP, da Associação Cultura Educação Moradia Agronomia e Trabalho – Acemat e da Associação de Combate Social – Açodes, paralisado por mais de quatro anos (MEDEIROS, 2019), com mais de 70% das obras executadas, conforme registro em visita de equipe de pesquisadores da UFG.

³ Para acessar as medidas adotadas ver o site da Agência: <https://www.agehab.go.gov.br/noticias/3171-agehab-adota-protocolo-de-seguran%C3%A7a-rigoroso-nos-canteiros-de-obras-4.html>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

⁴ Este Edital pode ser consultado em: Chamamento Público – Novos Convênios Agehab: http://www.agehab.go.gov.br/files/chamamentos/Edital_n_001.2020_MUNICIPIOS.pdf. Acesso em: 25 de maio de 2020.

Em obras de infraestrutura, levantamento do Tribunal de Contas da União – TCU, mostrou que em Goiás, existem 56 obras paradas em 47 municípios do Estado (dados do final de 2019), a maioria de escolas básicas e creches escolares, escolhido para dar início ao projeto piloto do programa “Destrava Brasil”, por meio de ação integrada entre os órgão de controle e o poder judiciário.⁵ Além disso, o plano anunciado pelo governo federal para a retomada da economia no pós-pandemia, o chamado “Mais Brasil”, e como parte integrante o Casa Verde Amarela, enfoca prioritariamente a produção habitacional e a regularização fundiária, tendo em vista a capacidade de geração de empregos locais, fortalecimento do desenvolvimento urbano, transformação social, melhoria da qualidade de vida e, também, o aumento da arrecadação tributária. Todavia, há um consenso entre gestores e empresários, da necessidade de se criar estratégias para concluir as obras paralisadas, visando minimizar os efeitos econômicos deletérios do não cumprimento dos contratos e os impactos socioeconômicos sobre as populações.

Para a Confederação Nacional dos Municípios – CNM, somente em 2020, são necessários aproximadamente R\$ 8 bilhões para a retomada de obras paralisadas.⁶ A entidade avalia que a edição de normas como forma de orientar procedimentos técnicos e administrativos são relevantes, mas chama a atenção para a necessidade de retomada dos investimentos voltados à promoção de ações de regularização fundiária (como, por exemplo, o PAC-Urbanização de Favelas e o Programa Papel Passado).

De parte da Prefeitura de Goiânia, para além das cestas básicas distribuídas nos territórios populares, merece destaque as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) desde abril de 2020, em atendimento a uma solicitação judicial provocada pela Defensoria Pública de Goiás (OLIVEIRA, 2020), para garantir o abrigamento e acolhimento da população em situação de rua, como a instalação de pontos de higienização com chuveiros móveis, assegurando o atendimento e isolamento dos moradores de rua com sintomas de Covid-19, bem como, a realização de testes de prova do novo vírus e vacinações

⁵ Para mais informações sobre o “Destrava Brasil” ver matéria sobre a participação do STF, representantes do TCU e Tribunais de Contas dos Estados no lançamento do programa, disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=437274&ori=1>. Acesso em 17/02/2020.

⁶ Vale destacar que o governo federal está ampliando suas ações na agenda de regularização fundiária, levando em consideração o novo marco legal (Lei 13.465/2017; Decretos 9.130/2018 e 10.165/2019 e Instrução Normativa 4/2020), que traz normas e procedimentos para ações de regularização nas áreas urbana, rural, na Amazônia Legal e, também, para a avaliação e alienação dos imóveis da União; além da promoção da regularização fundiária, na modalidade de desapropriação de imóveis rurais ou indenização de benfeitorias, localizados em unidades de conservação federais de domínio público. CNM Notícias, 05/05/2020. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/plano-para-retomada-do-crescimento-priorizar-habitacao-e-regularizacao-fundiaria>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

de H1N1. Levantamento feito à época informou que cerca de 200 pessoas em situação de rua, estavam abrigadas em pelo menos três locais fornecidos pela Prefeitura: Casa de Acolhida Cidadã I e II; Residencial Niso Prego, específico para crianças, no Setor Goiânia 2; e 20 barracas de lonas/acampamento, com capacidade para até duas pessoas, contendo cobertores e colchonetes, disponibilizadas no Mercado aberto da Rua 74, região central de Goiânia. Outros 200 moradores de rua recusaram os abrigos, para os quais foram disponibilizados serviços de higienização em mais três pontos: Cepal do Setor Sul, Cepal do Jardim América e, por último, Cepal do Setor Campinas (PINHEIRO, 2020).

Digno de nota é outra iniciativa que vem dar sustentação a estratégia de acolhimento da população de rua de Goiânia, também movida pela Prefeitura, a contratação de um hotel popular na região do setor Campinas (SALGADO, 2020), com capacidade de atender pelo menos 60 pessoas, com valor das diárias fixadas em R\$ 11, a serem pagas pelo Paço Municipal. Além dessas populações vulneráveis, a Semas informa que em Goiânia, atualmente, existem 35 mil famílias cadastradas no Bolsa Família que, automaticamente, passaram a receber o auxílio emergencial do Governo Federal; e que continua oferecendo orientações, esclarecimentos sobre benefícios às famílias e novas inscrições no CadÚnico, através atendimentos presenciais, por agendamento, com intuito de evitar aglomeração de pessoas.

O quadro caótico do transporte público na RMG ganhou espaço no noticiário nacional, desde a manifestação dos primeiros casos de Covid-19 em Goiânia. Após a RedeMob Consórcio, que opera os serviços de transporte coletivo na RMG, anunciar opção por paralisar a circulação de ônibus na Grande Goiânia e o atendimento à dezoito municípios metropolitanos, mas por intervenção da justiça foi instada a manter a circulação, garantir a higienização dos ônibus (o único meio de transporte coletivo local) e conduzir passageiros apenas sentados (Decreto estadual nº 9.638/2020), para evitar o contato social da parcela de trabalhadores das atividades essenciais.

Contudo, com a decisão do consórcio de empresas de reduzir a frota de ônibus em circulação, sob o argumento de cumprimento da determinação para afastamento dos motoristas e funcionários pertencentes ao grupo de risco, segundo Araújo e Naibe (2020) mais de 220 ônibus foram tirados de circulação, provocando superlotação em terminais e ônibus, expondo os usuários à grandes aglomerações e risco de saúde. Nem mesmo a implementação de escalonamento de horários das atividades em funcionamento, por meio de Decreto municipal (Decretos nº 951/2020 e nº 1.050), já em meados de abril, resolveu o problema da superlotação do transporte público coletivo local, seguindo a pendenga entre empresários, que passaram a

alegar dificuldades financeiras, os governos locais e os usuários, ainda sem solução do quadro. O descaso dos empresários com os usuários do transporte público coletivo da Grande Goiânia, diante da emergência de saúde pública, gerou grande repercussão, tendo sido requerida a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na Assembleia Legislativa de Goiás, para averiguação das circunstâncias da má prestação do serviço.

Vale destacar que, dadas as circunstâncias em que as vulnerabilidades tornam-se ainda maiores ante a pandemia de Covid-19, as omissões estatais vem sendo compensadas por diversas iniciativas de solidariedade que surgiram no seio da sociedade civil organizada, com importante participação de empresas privadas, entidades sociais e universidades, que se tornam a principal frente de atuação contra a fome, a desinformação e a falta de acesso aos itens de proteção, atuando em diversas ações de ajuda. Também o poder público compõe essa rede de solidariedade que se formou logo no início da disseminação do vírus e do isolamento social, mas em ações ainda não suficientes e abrangentes para lidar com o aprofundamento da desigualdade social, que já era latente.

O PADRÃO DE DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 NA METRÓPOLE GOIÂNIA

A emergência sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, doença respiratória viral (SARS-COV-2), em escala global, vem exigindo o aperfeiçoamento das políticas públicas para o seu enfrentamento em diferentes níveis de atuação e esferas de governo, visando a execução urgente de ações que contemplem, além de medidas de saúde pública, os aspectos sociais, econômicos e a dimensão territorial uma vez que as profundas desigualdades e diferentes níveis de vulnerabilidades socioespaciais demandam estratégias adequadas às especificidades de cada área urbana, como mostrou Costa et al. (2020).⁷

Em análise consensual evidencia-se que a população pobre é a mais afetada pela pandemia, em todo o mundo, e a condição habitacional das ocupações urbanas é o principal indício de vulnerabilidade ante ao contágio da doença, devido a vários fatores: adensamento excessivo, casas com muitos moradores, baixa qualidade dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, precariedade das moradias, condições de ventilação e iluminação

⁷ Costa et al., analisou indicadores das bases de dados das plataformas do Atlas do Desenvolvimento Humano, desenvolvida pelo Ipea, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Brasil e pela Fundação João Pinheiro (PNUD, Ipea e FJP, 2013) e da Vulnerabilidade Social, desenvolvida pelo Ipea (Costa e Marguti, 2015), para identificar áreas intraurbanas – unidades de desenvolvimento humano (UDHs), que, a partir da combinação de diferentes características, apresentem maiores graus de vulnerabilidade socioespacial à disseminação da Covid-19.

inadequadas, déficit de acesso a infraestrutura urbana etc. É sabido que nos assentamentos precários e territórios populares as principais recomendações para evitar o contágio da doença são impraticáveis (estratégias de isolamento social, quarentena e restrições de contato social, higienização).

Outrossim, as famílias moradoras dessas áreas estão mais sujeitas à diminuição de sua renda pelos efeitos da crise econômica provocada pela disseminação do vírus, uma vez que tais localidades concentram os menores níveis de renda e escolaridade, e os maiores níveis de desemprego e de trabalho precário, cujo enfrentamento demandam desde o pagamento de renda básica emergencial, à distribuição de cesta de alimentos e material de higiene, a exemplo do que foi chamado por Paiva et al. (2020), em recente nota técnica do Ipea, de a “pandemia da pobreza”.

Em Goiânia, importante polo metropolitano com destaque na rede urbana nacional (IBGE, 2020), o padrão de disseminação da Covid-19, já nos primeiros registros indicava o contágio a partir dos bairros nobres para as periferias. É o que mostra a plataforma Covid Goiás, do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig), vinculado à Universidade Federal de Goiás (UFG).

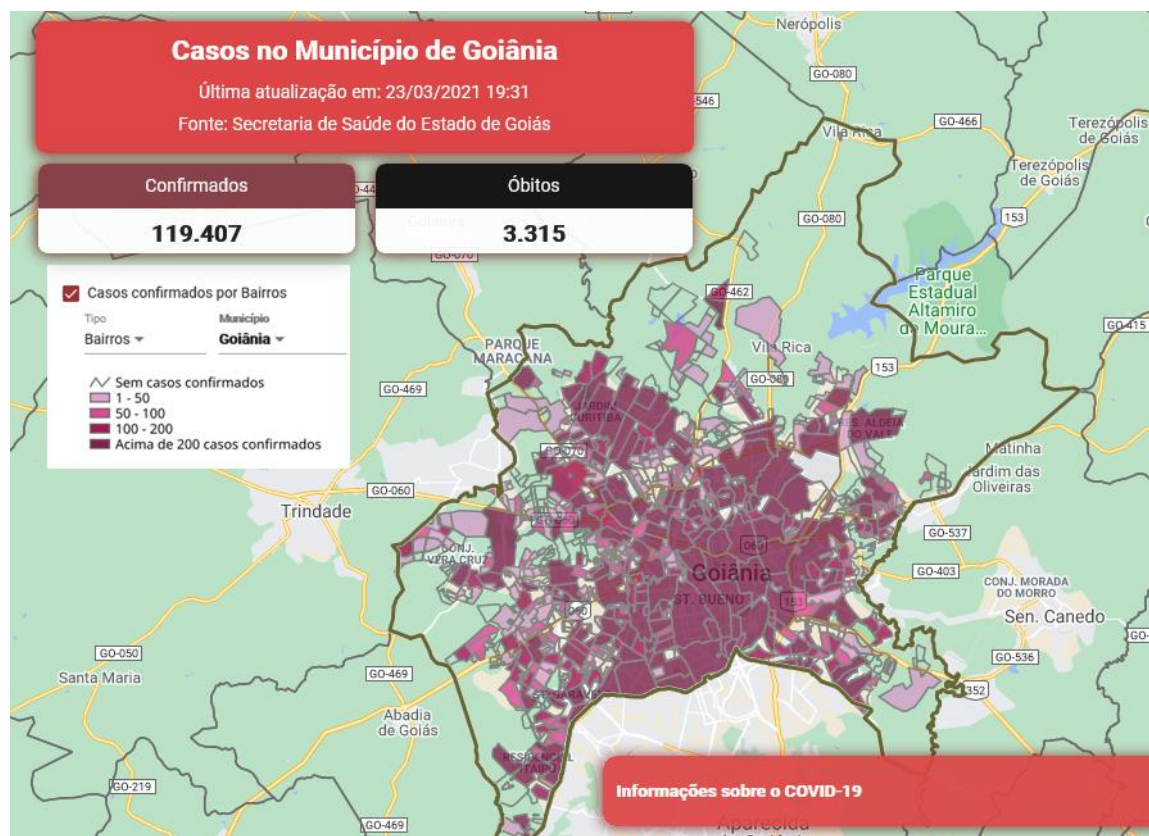
Inicialmente centrada nos bairros nobres da capital goiana, como o Setor Bueno, o Setor Oeste e região dos condomínios de alto padrão, a Covid-19 começou a se espalhar pelas regiões periféricas da cidade. A mancha de contaminação do dia 12 de abril/2020 era bem diversa da mancha registrada trinta dias posteriores: enquanto no dia 12, havia 11 casos confirmados de Covid-19 no Setor Bueno, a região noroeste, com menores índices socioeconômicos, não apresentava nenhum caso confirmado.

O informe epidemiológico elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, aponta que o tipo de transmissão mudou em Goiânia a partir do dia 20 de março. Até aquele dia, a maioria das transmissões eram feitas a partir de casos importados, ou seja, de pacientes que haviam contraído a doença em outros locais, estados ou países, e voltaram para a capital goiana. A partir do dia 21 de março, a chamada transmissão comunitária começou a prevalecer. Esse tipo de transmissão é considerado mais veloz e mais difícil de ser rastreada, pois os agentes de saúde não conseguem determinar a cadeia de contaminação. Isso explica o avanço da doença para bairros periféricos da cidade, o que também se verifica pela elevada circulação e intenso movimento pendular da população metropolitana, observados em Cunha (2017).

Todavia levantamento posterior mostrou um total de 141 bairros com presença de infectados com o novo coronavírus na capital, já se espalhando para os territórios populares,

evidenciando que o padrão de disseminação da pandemia de Covid-19 repete o movimento pendular urbano de Goiânia: do centro para a periferia (Figura 6).

Figura 6 – GOIÂNIA: Disseminação da Covid-19, por bairros



Fonte: Lapig/UFG. In: <https://covidgoias.ufg.br/#/map>

O mapeamento da plataforma Covid Goiás também mostra as regiões com maiores vulnerabilidade de Goiânia, como os bairros periféricos da região Noroeste de Goiânia, os registros mostram também que Anápolis e Entorno do Distrito Federal estão entre os mais sensíveis a terem mais casos de contaminação pelo novo coronavírus.

A plataforma utiliza variáveis sociais e econômicas do Censo 2010, através dos chamados setores censitários, ou seja, parcelas menores dos municípios, com levantamentos de sete características da população, como faixa etária, renda, acesso a água e esgoto encanado e número de habitantes por residência. Assim, os bairros periféricos e os municípios em que o acesso a esse tipo de benfeitoria é precário, são mais propensos a ter problemas com a doença causada pela Covid-19.

Conforme o levantamento da SES-GO até 24 de março de 2021, a cidade de Goiânia registrou 120.689 casos confirmados, dos quais 65.148 são de mulheres, 54%; e

55.541 casos de homens (46%), com 114.314 pessoas recuperadas. Foram 3.319 casos em Goiânia que evoluíram para óbitos por Covid-19; destes 58% de homens e 42% de mulheres, com mortalidade de 218 óbitos por 100 mil habitantes e letalidade de 2,75%.

Entre os bairros com mais números de casos confirmados e óbitos causados pela Covid-19, destaca-se o Setor Bueno, considerado bairro nobre de Goiânia, com a liderança de casos: ultrapassou a marca de 6.040 casos registrados e acumula o maior número de óbitos causados pela doença (105 mortes).

Contudo, a contraposição de bairros com maior número de casos e óbitos, revelam situações de maior vulnerabilidade territorial: dois bairros que figuram entre os 10 com maiores números de mortes não estão entre os 10 bairros com maior número de casos, são eles: Jardim Nova Esperança e Vila Finsocial, ambos da região noroeste de Goiânia, considerados bairros periféricos e/ou localizados em territórios populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

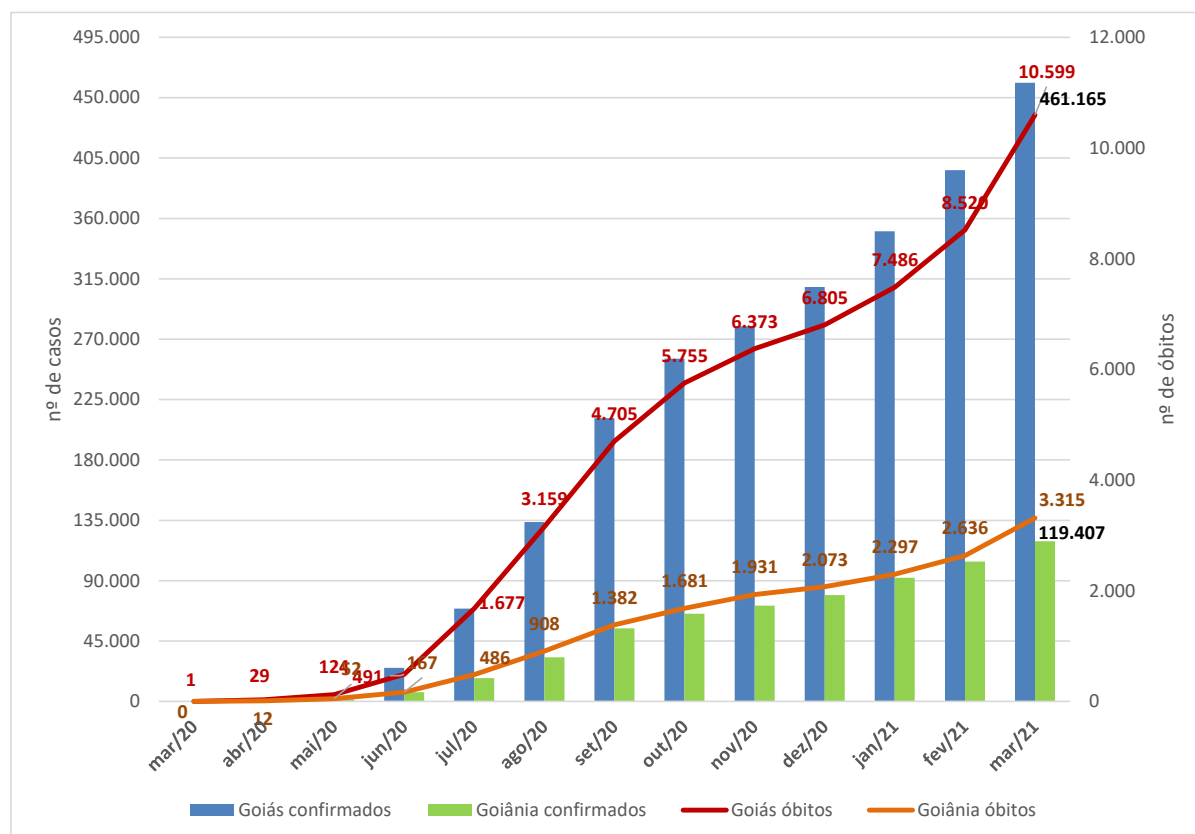
A difusão territorial da Covid-19 e o crescimento de casos e óbitos nos municípios goianos, coincide com o grau de aprofundamento ou relaxamento das medidas de isolamento adotadas pelos governos Estadual e Municipais. O cenário político do Estado ganha contornos de conflitos, a partir de discursos divergentes por parte dos executivos e legislativos municipais, e forte pressão do empresariado. Em especial, da presidência da Federação das Indústrias do Estado de Goiás – FIEG, para retomada das atividades econômicas e a reabertura do comércio, restringidas por decreto de emergência na saúde pública, delegando aos municípios maior autonomia para decidir sobre as medidas de combate à pandemia, assim, relaxar o isolamento e adotar medidas protetivas, como uso obrigatório de máscaras e realização de inquérito sorológico (a Secretaria de Saúde de Goiânia realizou diversos testes, divididos em várias fases).

Para os pesquisadores do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública – IPT/UFG, que inclui médicos epidemiologistas e biólogos, os dados de projeção de cenários epidemiológicos da Covid-19 em Goiás, elaborados a partir das informações da SES-GO, demonstram claramente que o isolamento é fator fundamental para impedir o avanço do novo coronavírus nos territórios (TOSCANO *et al.*, 2020).

Infelizmente, as medidas mitigadoras adotadas pelos governos estadual e municipais não têm sido suficientes para achatar a curva em Goiás e Goiânia, tanto de infectados quanto

de mortes, em ascendência como mostram os dados do Gráfico 1. Enquanto gestores públicos estaduais e municipais fazem o melhor que podem, a autoridade central do país atua na contramão de todas as recomendações científicas das organizações nacionais e internacionais, que estão à frente do controle dessa pandemia.

Gráfico 1 – Total acumulado de casos confirmados e óbitos de Covid-19 em Goiás e Goiânia



Fonte: Secretaria Estadual de Saúde – Goiás, 2021.

O vírus e suas variantes se constituem em grandes desafios para os gestores públicos, em particular, e para a sociedade civil, em geral. Aos primeiros, cabe adotar medidas que reduzam a circulação de pessoas e de mercadorias, dotar as cidades e suas instituições com equipamentos de saúde e pessoal qualificado para manuseá-los, assim como, canalizar recursos financeiros, tanto quanto forem necessários, para que as pessoas permaneçam em casa, a fim de minimizar os impactos sobre as estruturas econômicas, decorrentes da paralização ou redução de atividades com aglomeração de pessoas, provocadas pela pandemia.

Por outro lado, a sociedade civil precisa aceitar o que a ciência e as autoridades sanitárias determinam, tomando os cuidados necessários para evitar a proliferação do vírus. Até o momento, o que se sabe é que somente os humanos transportam o vírus e o distribuem para

as pessoas nos seus diversos ambientes. Não dá para minimizar a letalidade desse vírus. Mas, diga-se, a ciência tem resposta para o seu enfrentamento. Nunca a ciência andou tão depressa na busca de vacinas. E tem conseguido.

O maior desafio, entretanto, está fora dos laboratórios de pesquisa. Está no comportamento das pessoas. Ações simples de serem implementadas, como “usar máscaras corretamente”, fazer todos os procedimentos de higienização também corretamente e evitar aglomeração fora de seu ambiente familiar. Se essas ações fossem executadas com consciência, pelo tempo mínimo necessário indicado pelas autoridades sanitárias, com certeza estaríamos em outro patamar no que tange aos efeitos da pandemia. Em outros termos, poderíamos estar retornando à normalidade pós-pandemia mesmo com suas mazelas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, E. e NAIBE, E. C. **Informações acerca das medidas adotadas pela Prefeitura de Goiânia** durante a Pandemia da Covid-19. Texto (mimeo). Goiânia, 2020.

ARRAIS, T. A. et al. Pandemia covid-19: o caráter emergencial das transferências de renda direta e indireta para a população vulnerável do estado de Goiás. **Revista Espaço e Economia**. Ano 18, N 18. 2020. <https://doi.org/10.4000/espacoekonomia.13734>

COSTA, M. A. et al. Apontamentos sobre a Dimensão Territorial da Pandemia da Covid-19 e os 29 Fatores que Contribuem para Aumentar a Vulnerabilidade Socioespacial nas Unidades de Desenvolvimento Humano de Áreas Metropolitanas Brasileiras. Brasília: **Nota Técnica**. Ipea n.15. Brasília: Ipea, abril/2020.

CUNHA, D. F. **Instituição da Região Metropolitana de Goiânia – Goiás (1980-2010): configuração e interações espaciais entre os municípios**. 2017. 283 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil – 2010**. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações. 2013.

IMB/GOIÁS. **Déficit Habitacional em Goiás: uma análise do CadÚnico**. IMB/SegPlan – Estudos do IMB. Goiânia. Novembro de 2018.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. **Aglomerados Subnormais 2019: Classificação Preliminar para o enfrentamento à COVID-19**. IBGE – divisão de geociências. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

IBGE. **PNAD COVID 19**. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em 25 de maio de 2020.

LEIJOTO, M. Covid-19 é mais letal em 4 bairros de Goiânia. **O Popular**, 23/09/2020. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/covid-19-%C3%A9-mais-letal-em-4-bairros-de-goia%C3%A2nia-1.2124055>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

MARTINS, V. Associação reúne autoridades para debater repasses do Minha Casa Minha Vida para Goiás. **G1 Goiás**. 20/05/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/mercado-imobiliario/noticia/2019/05/20/associacao-reune-autoridades-para-debater-repasses-do-minha-casa-minha-vida-para-goias.ghtml>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

MEDEIROS, E. Órgãos se unem para retomar as obras das moradias sociais na Chácara São Pedro. **Prefeitura de Aparecida de Goiânia** – Notícias, 15/04/2019. Disponível em: <https://www.aparecida.go.gov.br/orgaos-se-unem-para-retomar-obras-dos-conjuntos-habitacionais-chacara-sao-pedro/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

OLIVEIRA, R. Juiz ordena que a prefeitura instale mais pontos de higiene e abrigos para moradores de rua em Goiânia. **G1 Goiás**. 29/03/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/03/29/juiz-determina-que-a-prefeitura-instale-mais-pontos-de-higiene-e-abrigos-para-moradores-de-rua-em-goiania.ghtml>. Acesso em 10 de maio de 2020.

OLIVEIRA, A. F.; MOYSES, A.; BARREIRA, C. C. A. M.; CUNHA, D. F.; BORGES, E. M.; MESQUITA, E. G. C.; ARAUJO, E. V. P.; MELO, J. G. S.; HORA, K. E. R.; BRITO, L. C.; SANTOS, M. A. S.; MARQUES, R. S.; NACIFF, Y. D. N. As Metrôpoles e a Covid-19: panorama e contexto da Região Metropolitana de Goiânia. In: Luiz César de Queiroz Ribeiro. (Org.). **As Metrôpoles e a Covid-19: dossiê nacional**. 1ed. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2020, v. 1, p. 228-251.

PACHECO, et al. A pandemia de coronavírus e as desigualdades socioespaciais no Distrito Federal. Observatório das Metrôpoles: Núcleo Brasília. **Boletim**, 09/04/2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/a-pandemia-de-coronavirus-e-as-desigualdades-socioespaciais-no-distrito-federal/>. Acesso em 25 de maio de 2020.

PAIVA, L. H. et al. Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o Programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em resposta à Covid-19. **Nota Técnica Ipea**, n. 59. Brasília: Ipea, março/2020.

PINHEIRO, E. Mapa mostra que Covid – 19 avança de bairros nobres para periferia de Goiânia. **Jornal Opção**. 01/05/2020. Goiânia. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/mapa-mostra-que-covid-19-avanca-de-bairros-nobres-para-periferia-de-goiania-251248/> Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

PINHEIRO, E. Cerca de 200 moradores de rua estão fora de abrigos em Goiânia. **Mais Goiás**, 22 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.emaisgoias.com.br/cerca-de-200-moradores-de-rua-estao-fora-de-abrigos-em-goiania/>. Acesso em 25 de abril de 2020.

SALGADO, C. Prefeitura alugará hotel para pessoas em situação de rua durante pandemia - **O Popular** (21/04/2020). Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/politica/giro-1.145054/prefeitura-alugar%C3%A1-hotel-para-pessoas-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-durante-pandemia-1.2038937>. Acesso em 25 de abril de 2020.

TOSCANO, C. M.; LIMA, A. F. R.; SILVA, L. L. S.; RAZIA, P. F.S.; PAVÃO, L. F. A.; POLLI, D. A.; MORAES, R. F.; CAVALCANTI, M. A.F.H. **Medidas de distanciamento social e evolução da COVID-19 no Brasil. 2020**. Disponível em: <https://medidas-covidbr-iptsp.shinyapps.io/painel/>. Acesso em 26 de junho de 2020.

SOBRE AS AUTORAS E O AUTOR**Elcileni de Melo Borges**

Doutora em Geografia pelo Instituto de Estudo Socioambientais - IESA/UFG (2017), com doutorado sanduíche (PDSE/Capes) pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - IGOT/Universidade de Lisboa - Portugal (2015). Mestre em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2000) e Graduada em Ciências Econômicas pela PUC de Goiás (1995). É Gestora Governamental no Governo de Goiás, lotada na Gerência de Programas Metropolitanos e Habitacionais - GPMH/SEDI; pesquisadora do Observatório das Metrópoles/INCT-CNPq - Núcleo Goiânia e do projeto em rede Governança Metropolitana no Brasil (Ipea). Atua na área de Gestão de Políticas Públicas, com foco em Política Urbana/Metropolitana e Habitacional, principalmente nos seguintes temas: formulação, implementação e avaliação de programas, projetos e planos governamentais; planejamento urbano e regional; instrumentos de governança; elaboração de diagnósticos multissetoriais; análises de contexto e cenários; construção de banco de dados, estudo sobre déficit habitacional, mercado imobiliário e configuração socioespacial das cidades.

Aristides Moysés

Aristides Moysés, concluiu o Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2001. Realizou Bolsa Sanduíche com o suporte da CAPES no período de 1999 a 2000, no Instituto de Ciência e do Trabalho e da Empresa - ISCTE, em Lisboa - Portugal. Pós-Doutor pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, em agosto de 2016. Professor titular APOSENTADO da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, no Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - MDPT e no Curso de Economia da Escola de Gestão e de Negócios. Técnico aposentado em organização e finanças da prefeitura de Goiânia/Secretaria de planejamento municipal. Publicou vários artigos em periódicos especializados e em trabalhos em anais de eventos. Possui livros publicados, destacando os seguintes títulos: 1. Goiânia Metrópole não Planejada. Goiânia: Ed UCG. 2004 ? 2. Cidade, Segregação Urbana e Planejamento. (Coordenador). Goiânia: Ed. UCG - 2005 ? 3. Cerrados Brasileiros: desafios e perspectivas de desenvolvimento sustentável (Organizador). Goiânia: Ed. PUC-Goiás/Ed. América. 2012. Participou de eventos no exterior (Montevideu - Uruguai; Santiago-Chile; Coimbra e Lisboa - Portugal e vários no Brasil. Orientou trabalhos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso nas áreas de economia (graduação), e no Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Está diretamente envolvido em vários projetos de pesquisa, todos em sua área específica de pesquisa, tanto na condição de pesquisador quanto na de coordenador. Em suas atividades profissionais interagiu com vários colaboradores em coautorias de trabalhos científicos. Seus projetos de pesquisas tem sido financiados pelo CNPq, pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG. É pesquisador do INCT/observatório das metrópoles. Até agosto de 2012 exerceu o cargo de coordenador do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da PUC Goiás - PPGDPT/PUC Goiás. Em seu currículo Lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: metropolização, economia regional, região metropolitana, planejamento metropolitano, segregação socioespacial, desenvolvimento regional, gestão urbana, planejamento urbano, economia regional, dependência química.

Celene Cunha Antunes Monteiro Barreira

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1978), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (1989) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1997). Atualmente é Professora Titular na Universidade Federal de Goiás no Instituto de Estudos Socioambientais - IESA (2014-2018). Integra o corpo docente do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (doutorado e mestrado) do IESA/UFG. Nessa mesma instituição exerceu as funções acadêmicas de Tutora de PET-Geografia/UFG (1997-2003). Diretora do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA)/UFG (1998-2002 e 2014-2018), Pró-Reitora de Graduação/UFG (2002-2006). Fez parte da equipe de Avaliação da Pós-graduação da CAPES, na área de Geografia entre 2010-2014. Tem experiência em pesquisas na área de Geografia, com ênfase em Análise Regional e Planejamento Urbano e Regional atuando principalmente nos seguintes temas: análise regional, desenvolvimento regional, configuração socioespacial, cerrado, cidade e Regiões Metropolitanas.

Débora Ferreira da Cunha

É professora adjunto da Universidade Federal de Goiás, da Faculdade de Ciências Sociais e do Curso de Especialização em Políticas Públicas, doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, área de concentração dinâmica socioespacial, mestre em Transportes pela Universidade de Brasília e graduada em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Realizou estágio doutoral na Universidade de Lisboa, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Atua como pesquisadora do Observatório das Metrópoles/Núcleo Goiânia e do Ipea. Tem formação em métodos quantitativos de pesquisa, com especialização em estatística pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e aperfeiçoamento pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Seus temas de pesquisa são processos de urbanização e metropolização, desenvolvimento urbano, gestão da cidade, políticas públicas - mobilidade e transporte, habitação, saneamento.

Recebido em julho de 2021.

Aceito para publicação em setembro de 2021.